

**Trabalhadores e a Luta Pela Sobrevivência em
Santa Helena/PR (Décadas de 1990 e 2000)**

Rosane Marçal da Silva*

Resumo:

A cidade de Santa Helena é conhecida, principalmente na região Oeste do Paraná, como um município rico, pois recebe um valor significativo de *royalties* pagos pela Itaipu Binacional. No entanto, muitos trabalhadores vivem em precárias condições de vida e trabalho, situação que se apresenta como um dos aspectos mais visíveis quando se pautam os processos tomando em conta as realidades vividas pelos trabalhadores. Neste artigo, discuto sobre alguns elementos e dimensões relativos à questão da “pobreza” na cidade. Para isso, utilizo-me de algumas matérias divulgadas pela imprensa local e as entrevistas realizadas com os trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalhadores; Cidade; Governo; Santa Helena – PR.

Abstract:

The City of Santa Helena is known, mainly in west of Paraná as a rich city, it is one of the cities that most receive royalties paid by Itaipu Binacional. However, many workers live in precarious conditions of life and work, a situation that presents itself as one of the aspect most visible, when he guided the processes taking into account the realities experienced by workers. In this article, I discuss some elements and dimensions related the question of “poverty” in the city. For this, I use some material publicized by local press and interviews with workers.

Keywords: Workers; City; Government; Santa Helena – PR.

* Rosane Marçal, Doutoranda em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia, UFU.

De acordo com Ricardo Antunes, a década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações do mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva e nas formas de representação sindical e política. Essas modificações foram tão intensas que atingiram a “classe-que-vive-do-trabalho”, “não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser” (ANTUNES, 2002, p. 23).

Na avaliação desse autor, na conjuntura do período apontado, houve um “salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital [...]” (Idem).

Esse quadro de transformações mexeu com as relações de trabalho e com o processo de constituição e reconstituição dos sujeitos trabalhadores. Neste sentido, Antunes diz:

[...] Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção [...] (Idem, p. 24).

De acordo com Luciano Vasapollo, estas mudanças ocasionaram uma expansão do número de empregos precários e informais, constituindo uma nova pobreza, ou novas dimensões de pobreza:

No passado, ela estava quase sempre associada aos países menos industrializados, menos desenvolvidos e mais marginalizados do sistema econômico de desenvolvimento. Tratava-se, então, de distanciar o problema dos países de capitalismo avançado que pareciam ser mais ricos. Nos últimos anos, porém, absolutamente, essa não é a situação real (VASAPOLLO, 2006, p. 52).

Vasapollo frisou que análises e investigações efetuadas por institutos e centros de estudos vinculados a organismos internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial, confirmaram que

o “desemprego, as desigualdades distributivas, também vinculadas ao crescimento desmedido dos preços da produção e do consumo, e a cada vez maior precariedade do mercado de trabalho, têm aumentado e agravado o problema da nova pobreza” (Idem).

O objetivo deste artigo é apontar alguns elementos referentes às dinâmicas e os desafios vividos pelos trabalhadores neste processo em curso no mundo atual, destacando as possíveis repercussões que essas transformações tiveram no mundo do trabalho e na constituição da luta de classes, tendo como ponto de partida uma discussão sobre a articulação entre o governo e os trabalhadores, ou seja, sobre a forma como os programas sociais – políticas de habitação popular-interferem na vida dos trabalhadores/moradores da cidade de Santa Helena,¹ Estado do Paraná, e como eles se firmam como sujeitos.

Esta discussão é parte das reflexões desenvolvidas na dissertação de mestrado *Trabalhadores e luta por moradia em Santa Helena – PR (décadas de 1990 e 2000)*. Neste trabalho concentrei-me em analisar e problematizar alguns elementos e dimensões relacionadas à questão da pobreza e da moradia na cidade de Santa Helena, destacando principalmente as relações que se articulavam em torno do processo de formação do denominado conjunto habitacional “Santa Rita de Cássia” e da “Curva do Obregon”.²

Conforme Enrique de La Garza Toledo, as mudanças decorrentes do constante processo de desenvolvimento do capitalismo interferem no mundo do trabalho e na vida social como um todo. Pautado em uma concepção de “trabalho ampliado”, ele dialogou com uma perspectiva de reflexão que leva em consideração as diferentes dimensões do trabalho, compreendendo-o como algo que ultrapassa a restrita relação entre trabalho industrial e o regime de salariado.

¹ Localizada na microrregião do extremo Oeste do Paraná, às margens do Lago de Itaipu, a cidade de Santa Helena fica a uma distância de 619 km de Curitiba – capital do estado. É considerado um dos municípios que mais recebe royalties pagos pela Itaipu Binacional.

² Sobre o processo de constituição destes locais de moradia, os conflitos e as disputas que perpassavam as relações sociais dos trabalhadores lá residentes, principalmente no que se refere à convivência com os outros setores sociais, ver SILVA, 2011.

A noção de “trabalho ampliado” propõe uma reflexão em que o trabalho é entendido como uma atividade laboral “que envolve não apenas os esforços físico e intelectual, mas também envolve analiticamente as faces objetiva e subjetiva de tal atividade [...]”(TOLEDO, 2007, p. 15). Ou seja, os produtos resultantes do trabalho apresentam uma característica objetiva e uma subjetiva, isto “porque trabalhar, além de ser uma relação com objetos que podem provir da natureza, é uma interação social direta ou mediada com seus componentes físicos e subjetivos” (Idem).

Nesta linha de pensamento, pode-se inferir que, para compreender as relações do mundo dos trabalhadores e do trabalho, é preciso buscar no conjunto das dinâmicas da vida dos trabalhadores o constante processo de sua formação e o reconhecimento dos sujeitos como parte da realidade em que estão inseridos.³

Estas considerações são importantes para uma análise que tenha como ponto de partida as relações entre capital e trabalho, pois para Toledo, junto “ao conceito de trabalho ampliado deve seguir outro de sujeitos trabalhadores ampliados” (Idem, p. 17), porque “os mundos do consumo, do entretenimento e da família podem admitir superposições com as atividades produtivas” (Idem).

Na particularidade de Santa Helena – que é a base empírica da minha pesquisa – tem um claro sentido de que os trabalhadores vão se constituindo, articulando-se, de acordo com a realidade por eles vivida nas diversas instâncias da vida cotidiana, seja na família, no bairro, no trabalho, nos valores e crenças religiosas ou na comunidade.

Os trabalhadores estabelecem modos de viver que interagem com as “regras do jogo”, pois vincular-se aos programas de assistência social pode ser uma dimensão da luta pela sobrevivência, e também pode ser uma forma de se firmar como parte da cidade, dialogando com a realidade social. Os programas de habitação popular, por exemplo, parecem se constituir como

³ Ver a respeito: BOSI e VARUSSA, 2009; PAOLI, 1985.

um meio que eles encontram para visualizar a possibilidade de ter acesso à moradia.

Isso contribui para o reconhecimento do lugar social que eles ocupam nas relações sociais vividas na cidade, bem como, interfere na forma como pautam suas lutas e nos mecanismos de resistência estabelecidos diariamente.

A resistência dos trabalhadores é evidente principalmente no que se refere às normas e as regras estabelecidas pelos representantes do governo municipal, as quais são definidoras do merecimento ou não dos “benefícios” proporcionados pelos programas de habitação popular.

Partindo de um diálogo com autores que investigaram à temática dos trabalhadores, levando em conta os embates vividos a partir dos anos de 1980 e 1990, período marcado por constantes transformações nos mundos do trabalho e dos trabalhadores, indicarei alguns traços particulares e singulares sobre a construção de noções de pobreza dentro desse contexto. Farei isso por meio do estudo sobre a luta por moradia dos trabalhadores em Santa Helena, Paraná, procurando oferecer um conjunto de elementos sobre a heterogeneidade da pobreza e as relações de trabalho vividas pelos trabalhadores da cidade.

Construindo noções de pobreza

No contexto dos anos de 1980 e 1990, em Santa Helena, surgiu um número significativo do que se convencionou chamar “conjuntos habitacionais”, que na maioria das vezes eram viabilizados por políticas públicas financiadas pelo governo municipal e/ou pelos governos estadual e federal. Para alguns setores sociais, estes conjuntos habitacionais constituem os bairros pobres da cidade, talvez devido ao caráter assistencial, presente nas discussões sobre moradia no âmbito do governo. Esta relação entre pobreza e assistência social pode ser observada através da matéria intitulada: *Famílias são atraídas para Santa Helena*, do jornalista Giuliano de Luca.

De acordo com ele, diversas famílias eram impulsionadas a se instalar na cidade de Santa Helena com o intuito de serem assistidas pelo poder

público, uma vez que “a imagem de um município rico atraía famílias sem condições de instalação, sem documentos, sem dinheiro ou referências, além de enfermos” (LUCA, 2004, p. 7).

Conforme Luca, a “boa estrutura” da assistência social e as ações desenvolvidas pelo governo municipal “em prol dos santahelenenses” eram divulgadas pela mídia, o que instigava “as pessoas a se instalarem na terra das águas”.

Nesta perspectiva, a propaganda que se vendia de um município rico atraía também pessoas que não eram do interesse dos grupos ligados às classes dominantes municipais. A estas pessoas, tidas como os estranhos, atribuía-se os males existentes na cidade.

A partir dessa reportagem, pode-se constatar que, para os setores sociais ligados às classes dominantes, o problema da pobreza e da habitação em Santa Helena se constituía com a chegada de pessoas de outros municípios e os “brasiguaios”, pois, conforme destacou Luca, para o Conselheiro Tutelar, Walmir da Rocha Castro, “a maioria das pessoas que chegavam à cidade eram “brasiguaios que migraram para o Paraguai na década de 1980” e, na ocasião, procuravam “uma vida melhor no Brasil”, bem como pessoas que vinham “de outros municípios da região, ou mesmo de outros estados”.

Em outras palavras, a suposta “crise de habitação” recaía sobre os próprios trabalhadores, construindo a noção de que a presença de determinadas pessoas não eram “bem-vindas” na cidade. No entanto, cabe salientar que, dos 24 trabalhadores entrevistados para o desenvolvimento da dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 14 deles eram naturais do estado do Paraná, sendo que, destes, sete nasceram no município de Santa Helena, seis eram natural do estado do Rio Grande do Sul, três de Minas Gerais e um de Alagoas.

Alguns dos trabalhadores que vivenciaram a experiência de se mudar para o Paraguai (considerados “brasiguaios”) eram naturais de Santa Helena. Muitas vezes, a decisão de se mudar para o país vizinho partia da concepção de que lá eles poderiam adquirir com mais facilidade um pedaço de terra para sobreviver.

Diante desse quadro de relações, podemos perceber que não há elementos suficientemente explicitados para concluir que a pobreza da cidade de Santa Helena era resultado da presença de pessoas de “fora”. Podemos, assim, considerar que a mobilidade residencial faz parte das dinâmicas da luta pela sobrevivência que estes trabalhadores enfrentam diariamente. Portanto, este tema deve ser analisado levando em conta a amplitude e a complexidade dos processos de constituição dos diferentes sujeitos e da cidade.

De acordo com Castro, muitas das pessoas que chegavam a Santa Helena construíam “barracos” ou iam “morar com pessoas de igual situação”. O que, por vezes, podia “comprometer alguns programas do município”, porque o planejamento da assistência social era realizado com base na população residente em Santa Helena, e ao chegar outras pessoas os recursos disponíveis não eram suficientes para atendê-las. Como exemplo disso, ele destacou: “[...] se [...] temos que dar 50 cestas básicas, e de repente aparecem famílias que tem que receber também, vamos tirar da onde? [...]” (Idem, p. 4).

Diferente disso, Maiara relatou que ela e seu esposo resolveram se mudar de São Miguel do Iguçu, Oeste do Paraná, para o município de Santa Helena, não para serem “beneficiados” pelos programas de assistência social existentes nesta cidade, mas porque ambos estavam desempregados e, segundo esta trabalhadora, “[...] falaro que pra cá a gente tinha bastante emprego, nossa! Era só chegá e trabalhá” (Maiara, Santa Helena – PR, 8/10/2009). Porém, ao chegar a Santa Helena se depararam com uma realidade diferente daquela que imaginavam.

Segundo a entrevistada, quando ela e o esposo chegaram a Santa Helena, eles tinham dois carros, mas decidiram vendê-los para comprar e reformar a casa adquirida no bairro “Santa Rita de Cássia”, porque, de acordo com ela, “num adianta eu ficá pagando um monte e daí a gente num ia consegui si mantê lá, pagando aluguel, água, luz e o mercado. Então, si a gente aguentasse aqui, o dinheiro do aluguel de lá, a gente ia reformá aqui. Daí, foi o que aconteceu” (Idem).

A narrativa dessa trabalhadora é, em alguma medida, uma evidência de que as dinâmicas que se estabelecem na cidade estão em constante processo de constituição e agregam uma série de relações que vão muito além daquelas apresentadas pelo discurso dos grupos dirigentes municipais.

No entanto, para legitimar e vender a imagem de uma cidade bonita e desenvolvida, os setores das classes dominantes e dirigentes municipais promoveram programas de assistência social, por meio dos quais pareciam querer atenuar os problemas sociais presentes na cidade, principalmente aqueles referentes ao problema da habitação.

Segundo informações obtidas junto ao Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores e Assistência Social de Santa Helena, a partir da década de 1980, o governo municipal colocava em pauta projetos de habitação popular, desenvolvendo programas de incentivos à construção civil, através de uma parceria estabelecida com a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, em que a prefeitura municipal fornecia pedra brita, areia e o trabalho de terraplenagem para a realização, por exemplo, do Programa Mutirão.

Com tais incentivos, acreditava-se que os proprietários do perímetro urbano seriam impulsionados a construir e os espaços vazios aos poucos seriam ocupados, “[...] melhorando ainda mais o visual da cidade” (SANTA HELENA, 1988, p. 7).

Nesta incorporação da ação governamental, incentivar a população a construir na cidade e no município como um todo era uma condição necessária para organizar os espaços da cidade, disciplinar seus usos, promover e assegurar a aparência de uma cidade ideal aos interesses das classes econômica e politicamente dominantes, pois ajudaria a construir uma cidade bonita e harmoniosa, dentro dos parâmetros destes.

Não por acaso, constatei a existência de vinte bairros que se constituíram a partir da implantação de programas de habitação popular em Santa Helena. Conforme dados recolhidos junto aos órgãos públicos municipais, doze destes bairros populares foram construídos entre as décadas de 1980 e 1990, mediante parceria do governo municipal com a

COHAPAR. Os outros oito foram construídos em 2005, resultado do processo de formação do Programa Municipal de Habitação Popular.

Assim como outras três áreas que se constituíram como lugar de moradia, o “Santa Rita de Cássia” e a “Curva do Obregon” não constam na planta da sede municipal do município de Santa Helena, pois estes bairros são, para alguns setores sociais, áreas de “ocupação irregular”, como pode ser observado no mapa disponível no site da Prefeitura Municipal.⁴

Nas entrevistas realizadas durante a construção da dissertação de mestrado, ficou notável o posicionamento de sujeitos que conviviam e sofriam com o estigma de morar no conjunto habitacional “Santa Rita de Cássia” e a “Curva do Obregon”, uma vez que estes lugares têm sido associados à pobreza e ao crime, o que os afetava na procura de empregos, na relação com os agentes de controle social, como a polícia, ou simplesmente na aproximação com outras pessoas.

Estas questões se articulam em torno do constante processo de constituição dos trabalhadores residentes nas áreas tidas como irregulares, envolvendo uma série de conflitos, tensões e embates que podem ser percebidos nas suas experiências.

A junção dos diferentes pareceres sobre a existência da pobreza e o problema habitacional na cidade permite uma aproximação do conjunto das relações que envolvem as dinâmicas, as disputas e os interesses que permeiam a vida dos diferentes sujeitos e levam ao processo de constituição da cidade.

No estudo sobre as condições urbanas de vida das populações residentes em favelas na cidade de São Paulo, em *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*, Lúcio Kowarick apontou que as características do que se entende por favelas têm passado por transformações nos últimos vinte anos. De acordo com o autor, a conceituação oficial realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de 1950, considerava favela

⁴ Mapa das ocupações irregulares de Santa Helena, Paraná. Disponível em: <http://200.181.241.164/plano_diretor/mapas/19_SH_E2_Urb_ocupacoes_irregulares.pdf>. Acessado dia 05 de setembro de 2009 as 15: 52 horas.

[...] o aglomerado que apresenta parcial ou totalmente, entre outras coisas, as seguintes peculiaridades: agrupamentos com mais de cinquenta unidades constituídos por barracos rústicos em terrenos de propriedade alheia, carentes de infraestrutura básica e compostos de ruas não planejadas, destituídas de placas e numeração [...] (KOWARICK, 2009, p. 223).

Segundo Kowarick, embora as favelas sejam marcadas pela pobreza relativa de sua urbanização e de seus moradores, elas não devem ser vistas como áreas marcadas por uma singularidade que as segrega e isola do restante da cidade. Ao contrário da forma como o IBGE as caracterizava, Kowarick destacou que as “favelas paulistas, na sua imensa maioria, são de alvenaria, conectadas à rede de água e em parte também à de esgoto, as ruas têm iluminação pública, emplacamento e numeração. É também freqüente a coleta de lixo” (Idem, p. 224), bem como a condição de ocupação ilegal, ou seja, a situação jurídica das propriedades estavam sendo regularizadas “e os imóveis, objeto de comercialização: as favelas constituem um mercado imobiliário que apresenta diversos níveis de valorização, em grande parte em consequência de políticas de urbanização promovidas pelo poder público a partir de 1980” (Idem).

Segundo o autor, apesar de se saber destas mudanças, o IBGE continua a caracterizá-las baseado nas noções anteriormente citadas, as quais, conforme Kowarick, se constituem como parte de um “olhar externo, que as homogeneiza enquanto áreas que concentram problemas sociais” (Idem), o que, por sua vez, está na raiz dos vastos preconceitos que as discriminam como locais potencialmente perigosos. Estes aspectos se interligam aos que aponte sobre o caso de Santa Helena, principalmente no que diz respeito às consequências dessas relações na vida das pessoas residentes nestes locais.

Diferentemente do conjunto habitacional “Santa Rita de Cássia”, onde as casas são de alvenaria, embora tivesse em sua composição uma parte com tábuas ou lona, as casas dos moradores da “Curva do Obregon” são na grande maioria de madeira e algumas, barracos de lona. Isso não quer dizer que as moradias do “Santa Rita de Cássia” deixam de estar na condição de precariedade, pelo contrário.

As dinâmicas que se estabeleceram no processo de formação do conjunto habitacional “Santa Rita de Cássia” deixaram ainda mais evidentes as relações e articulações das classes dominantes ao criarem o local das famílias “carentes” reproduzindo uma visão unificadora e homogênea sobre a pobreza e os pobres.

Neide Zanenillo (40 anos. Santa Helena – PR, 12/11/2009) falou sobre a condição de morar na “Curva do Obregon”, área que também foi mencionada como “favelinha”. Notei que, para Neide e os demais trabalhadores entrevistados, ter a documentação dos terrenos era uma forma de torná-los legalmente corretos, o que representava uma segurança maior em relação às suas condições de vida e moradia na cidade. O desejo de ter um terreno que fosse legalmente reconhecido como deles adquiria um significado tão relevante quanto ter a casa própria, porque, sendo deles o terreno, as casas seriam construídas conforme suas condições lhes permitissem.

O medo, a insegurança e a ameaça de ficar sem ter um lugar para viver com a família levavam boa parte das pessoas que viviam na “Curva do Obregon” a cumprir com as ordens estabelecidas pelos sujeitos que estavam à frente, seja da Itaipu Binacional ou da Prefeitura Municipal.⁵ Na perspectiva dos trabalhadores, estes “acordos” se constituíam como um meio de sobrevivência.

Com base em matérias do jornal *Folha de São Paulo*, Lúcio Kowarick apontou uma situação semelhante a esta vivida pelos moradores da “Curva do Obregon”, lembrando que a realidade é outra, mas os processos vividos pelas pessoas apresentam similaridades, que aos poucos revelam o “preço” de se viver nestes locais.

A realidade experimentada pelos moradores das favelas de São Paulo apresenta especificidades em relação à do conjunto habitacional Santa Rita

⁵ A “Curva do Obregon” ficava próxima a uma área de reserva da Itaipu Binacional. Os moradores falaram que, com o passar dos anos, os funcionários da Itaipu Binacional e da prefeitura municipal estabeleceram algumas formas de impedir que outras pessoas se instalassem no local. A função de manter esse “controle” e fiscalização do lugar foi destinada aos próprios moradores da “Curva do Obregon”. Sobre este processo, ver o terceiro capítulo da dissertação: *Trabalhadores e luta por moradia em Santa Helena – PR (Décadas de 1990 e 2000)*.

de Cássia e da Curva do Obregon, mas o que interessa aqui é destacar em que medida as experiências desses trabalhadores se aproximam ou se contrapõem umas às outras.

Conforme Kowarick, a violência e a discriminação levam as pessoas a viver em uma sociabilidade enclausurada e defensiva, alicerçada no retraimento da vida privada – a casa, rejeitando as ruas –, tidas como espaço de adversidade (Kowarick, *Op. Cit.*, pp. 89-90). A desconfiança e o medo, na avaliação desse autor, “[...] têm se constituído em elementos estruturantes dos modos de vida, fazendo com que as pessoas organizem seu cotidiano tendo em conta sua vulnerabilidade diante da violência [...]” (Idem, p. 94).

As práticas de controle nas áreas pobres da periferia de São Paulo, normalmente são desenvolvidas através das ações e articulações do “crime organizado”, que, segundo Kowarick, manifestavam-se através de ameaças de morte, toque de recolher, interdição de prédios públicos, envio de cartas nas quais avisam os moradores para não sair em certos dias e horários, ou mandam recados a diretores de escolas para que dispensem os alunos (Idem, p. 92).

Diante disso, algumas pessoas, particularmente os líderes e funcionários de instituições existentes nas favelas de São Paulo, por exemplo, as escolas, relataram ter feito algum “pacto” com os considerados “bandidos”, pois era uma condição necessária para conseguir trabalhar.

Na avaliação de Kowarick, tudo indica que os pactos com “criminosos” são frequentes nos bairros pobres, e eles variam, desde a “lei do silêncio” dos moradores “até acordos feitos por empresas que, para realizar seus lucros, fazem contribuição mensal em dinheiro [...]” (Idem, p. 93).

Isto é parte da realidade vivida nas áreas pobres dos grandes centros urbanos, mas é relevante para uma reflexão sobre o caso específico da cidade de Santa Helena, pois, tanto em Santa Helena quanto em São Paulo, uma série de relações e interesses se articula em torno das áreas consideradas pobres das cidades e dos seus habitantes. Além disso, as experiências vividas pelas pessoas residentes nestes locais apresentam semelhanças,

principalmente no que se refere às precárias condições das moradias, o estigma e a discriminação residencial.

Outro elemento que está em sintonia é as trajetórias de vida dos sujeitos que procuram um lugar para viver nestes bairros, pois, embora as pessoas não sejam homogêneas, elas viveram e experimentaram a realidade de uma vida difícil, em que desde crianças conviveram com poucas condições financeiras, o que as colocavam diante da constante busca pela sobrevivência e a subsistência de suas famílias. Portanto, concordo com Kowarick, para quem, se existe vantagens de morar em favelas, “em termos de deixar de pagar aluguel, taxas e impostos, o problema de nela habitar [...] reside no olhar discriminatório de quem a enxerga de fora. Habitantes das redondezas ou empregadores alimentam os preconceitos alicerçados na trilogia barraco-pobreza-violência” (Idem, p. 273).

Na concepção de Imelda Hartmann, os acontecimentos que envolviam a presença da polícia contribuíam para difundir a visão de que a “Curva do Obregon” era uma “favela”, porque, segundo ela, para a população residente na cidade de Santa Helena, “favela” era sinônimo de “bagunça”: “[...] eles falá que na favela onde mora gente tem muita bagunça i muito ladrão” (Imelda, 54 anos. Santa Helena – PR, 6/11/2009).

Ao questioná-la sobre a forma como ela percebia que as pessoas residentes em outros bairros da cidade tratavam os moradores da “Curva do Obregon”, deu a impressão de que se sentiu ofendida com a pergunta, como se eu estivesse compartilhando da visão negativa que se construiu e se constrói dos moradores daquele local.

Entretanto, para responder a minha pergunta, Imelda colocou em pauta argumentos que pareciam querer demonstrar que não se reconhecia dentro dos padrões que se construíam das pessoas residentes em favelas, e isso era mais importante do que saber o que as outras pessoas pensavam, pois sabia que não estava fazendo nada de errado e falou: “[...] por mim podi falá que é uma favela, porque eu sei o que tô fazendo, eu não tô fazendo nada errado, pode pedi até si querem pedí, eu tô limpo” (Idem).

Isto demonstra que o dia a dia destes trabalhadores os colocava diante de constantes situações que revelavam a composição de uma sociedade de classes. A partir dessas vivências, eles iam formulando suas interpretações sobre o viver na cidade. Neste sentido, vale frisar como os trabalhadores avaliavam as relações de “ajuda” prestadas pela comunidade, através da doação de alimentos e roupas, e pelos programas de assistência social.

As atitudes das pessoas da comunidade em geral faziam Nilsa Monteiro de Campos perceber que ainda tinha gente que valorizava os lugares mais “pobres da cidade”, pois, em sua concepção, a “Curva do Obregon” era considerada um lugar pobre “por causa das casa tudo muito pertinho i já é considerado uma favela aqui [...]” (Nilsa, 37 anos. Santa Helena – PR, 6/11/2009). Por isso ela se sentia em alguma medida valorizada pelas pessoas, “[...] porque sabê que eles tão si lembrando qui tem ser humano pra cá, num é tudo lixo”.

Nesta fala é possível notar aspectos da constituição de uma relação de discriminação residencial e social vivida pelos trabalhadores pobres da cidade, bem como indica mais uma vez a reivindicação desses trabalhadores para serem reconhecidos como uma parte importante da cidade, pois são seres humanos e não “lixos”. Dizer que não são lixos é se perceber enquanto sujeitos que desejam ser lembrados como pessoas que também contribuem para a construção da cidade.

A existência das práticas de “ajuda”, as dinâmicas e as relações em que elas se constituem são evidências das diferenças de classes, pois dão o indicativo de que aquele que fornece a “ajuda” está em nível superior ao que é ajudado, constituindo uma relação de poder e submissão de uma classe sobre a outra. Estas relações também soam como uma forma de controlar a pobreza através de ações que levam a sua homogeneização e pacificação, desviando o olhar sobre os direitos humanos.

Apesar dos trabalhadores produzirem argumentos no sentido de demonstrar os significados positivos da assistência social em suas vidas, boa parte deles preferiu ter acesso aos meios necessários para garantir suas próprias necessidades e não depender da “boa vontade” de outras pessoas.

Neide Zaninello destacou que preferia ter “saúde pra pegá um emprego e trabaíá e vivê do meu salário, do meu dinheiro [...]”.

Acredito que a “ajuda” que os moradores da cidade destinam aos moradores dos bairros pobres da cidade, em alguma medida, tem contribuído para eles perceberem as relações de classe social à qual são submetidos, pois, a partir disso, eles percebem como são vistos pelos outros setores sociais. À medida que isso vai se constituindo, estes trabalhadores refletem sobre as situações por eles vividas e, alguns deles, contestam as regras e normas estabelecidas pelas classes dominantes, principalmente o setor dos grupos dirigentes municipais.

As narrativas dos trabalhadores, aos poucos, revelam o descompasso existente entre a representação que os grupos dirigentes produziam da pobreza e dos pobres na cidade de Santa Helena e a realidade vivenciada e narrada por eles, pois os parâmetros utilizados pelas classes dominantes para a definição do que é ser pobre podem não ter o mesmo sentido na vida destes sujeitos.

Muitos dos entrevistados falaram que não conseguiram casas junto ao Programa Municipal de Habitação Popular porque não se enquadraram nos critérios estabelecidos pelo governo municipal, uma vez que não possuíam emprego fixo para comprovarem a renda mensal.

Os trabalhadores apontaram uma diversidade de argumentos que demonstram que não existe uma pobreza, mas um conjunto de elementos que colocam as pessoas em situações diferenciadas de pobreza.

Para compreender a amplitude desses processos, considero de fundamental importância travar um debate pautado nas trajetórias, experiências e concepções dos próprios sujeitos que vivem a prática de morar na cidade.

Ezequias Pereira se colocou enquanto uma pessoa que desde criança teve uma vida “difícil”, chamando atenção para as mudanças que ocorreram em sua vida, pois avaliou que suas condições de vida no presente eram melhores em relação ao passado e, em outro trecho da entrevista, apontou que acreditava em um futuro ainda melhor.

Acredito que estas vivências se tornaram o ponto de partida para a formulação de uma representação de si próprio, buscando mostrar como ele foi se constituindo com o passar dos anos e elaborando uma avaliação sobre suas experiências passadas e presentes.

Nesta relação, o entrevistado produziu argumentos que buscaram construir uma noção de pobreza, na qual ele estabeleceu uma hierarquia entre o que é ser uma pessoa que vive em situação de pobreza e o que é ser uma pessoa necessitada:

uma pessoa necessitada, no meu ponto de vista, é aquela que precisa de alguma coisa num certo momento e num tempo. Já a pessoa pobre é aquela que num tempo não tem nada, que passa até fome. Para mim, uma pessoa pobre é aquela que não tem nada e uma pessoa necessitada é quem em algum momento tem uma necessidade de alguma coisa, é isso para mim é uma pessoa necessitada (Ezequias, 22 anos. Santa Helena – PR, 15/7/2009).

Embora algumas pessoas pudessem vê-lo como uma pessoa pobre, Ezequias se considerava em alguns momentos uma pessoa necessitada, mas não pobre.

Na avaliação de Ezelinda Fátima Rodrigues, a expressão pobre é “[...] uma palavra bem feia, né? Uma pessoa mais humilde, né? Então assim, não tem bens materiais [...]” (Ezelinda, 32 anos. Santa Helena – PR, 9/10/2009). Ela se incluía como uma pessoa humilde.

No entanto, a importância de não se reconhecerem como pobres, e sim como necessitados e humildes, está em compreender o conjunto das trajetórias de vida, os valores e crenças desses trabalhadores.

Ezequias, por exemplo, apoiado em seus valores religiosos, que foram utilizados para explicar e produzir um parecer sobre o viver e suas experiências de vida, colocou em pauta argumentos que complementaram as reflexões a respeito das noções de “pobreza” e de “necessidades” que foram apontadas anteriormente.

Assim como sua mãe (Rita Alves Pereira), ele partia do pressuposto de que a prática religiosa era um elemento importante para a superação das condições de pobreza, pois ser pobre não se restringiria a não possuir bens

materiais. Conforme destacou Rita Alves, “pobre tem vários tipo, né? Tem u pobre material i u pobre di espírito, né?” (Rita, 51 anos. Santa Helena – PR, 1/10/2009)

Esta trabalhadora compreendia que uma pessoa “pobre material” é aquela que não tem os bens materiais para garantir a subsistência. Como exemplo desta condição de pobreza, ela citou as pessoas que não possuem condições de adquirir os ingredientes para preparar os alimentos: “[...] não tê um feijão pá pô nu fogão pá cozinhá, num tê um açúcar, um café pá fazê, [...]”, já o pobre espiritual se constitui com o não desenvolvimento de uma prática religiosa.

Percebo que, para esta entrevistada, a dimensão da vida material e a espiritual se articulam na constituição das pessoas, pois, de acordo com ela, “espiritual e material é quase o mesmo sentido”. Ou seja, um aspecto da vida interfere no outro, por isso ela parece propor a necessidade de encontrar um ponto de equilíbrio entre ambas as parte da vida.

Na perspectiva dessa trabalhadora, a pessoa que não desenvolver o lado espiritual da vida não será impulsionada para o trabalho: “[...] ele não tem aquele, aquela disposição di í atrás, né? Do serviço [...]” (Idem).

Concluo que, na avaliação de Rita, a pobreza espiritual é mais difícil de ser superada do que a pobreza material, no entanto, obter avanços espirituais torna-se o ponto de partida para o bem-estar material.

Ao contrário da pobreza material, a superação da condição de pobreza espiritual depende da intervenção de outras pessoas: “[...] uma pessoa pá ensiná, pá explicá pra pessoa cumé ele pode sai daquela vida, né?”.

Ezequias mencionou que, antes de se tornar evangélico, ele participava da Igreja Católica, mas não delimitou com precisão o momento em que se desvinculou dessa Igreja para participar da Igreja Evangélica - “Batista Ebenéze”.

Para ele, ao se “converter” à Igreja Evangélica, um novo tempo de sua vida se iniciou, uma vez que a prática da vida religiosa possibilitou-lhe obter mudanças nas diversas instâncias de sua vida: seja ela pessoal, material ou espiritual.

Esta construção e aproximação da religião ao sinal de melhoramento de suas condições de vida e da sua família foi reforçada quando ele tratou das mudanças que ocorreram em seus hábitos e costumes.

Neste momento da entrevista, ele estabeleceu pontos que pretendiam falar sobre o modo como ele vivia antes de se dedicar à vida religiosa e depois: “[...] Antes eu gostava de brigá, gostava duma cachacinha, hoje eu num gosto mais... ia nos baile brigava, ia nos butéco brigava, mi mudô, hoje eu já não sô mais assim. Hoje eu sô uma pessoa diferente.” Estas questões foram apresentadas como o modo de vida que antecedia a decisão de se tornar evangélico.

Além de elencar a conversão religiosa como um marco de sua vida, também é significativo o fato de que, na ocasião da entrevista, ele estava desempregado há dois dias, pois trabalhava com registro na carteira de trabalho na “Nativa Santa Helena”, uma indústria de bebidas que se localiza no município de Santa Helena. Neste emprego ele desenvolvia a função de entregador de tubaína, numa rotina de trabalho que consistia em trabalhar das sete até as doze horas. Das doze às treze horas era o horário em que almoçava no local do trabalho mesmo e reiniciava as atividades às treze horas, parava às dezoito horas, totalizando dez horas de trabalho diário.

Quanto ao mercado de trabalho, ele destacou que conseguia serviço porque havia se acostumado com o “serviço pesado”, tendo sido criado na roça: “Agora, aqui na cidade, tá difícil sim um emprego, porque hoje o que falta é o estudo, si a pessoa não tivé estudo fica muito difícil [...]” (Ezequias, 15/7/2009).

De modo geral, para Ezequias, o mercado de trabalho no meio urbano exigia mais estudo e, por um lado, sua condição de ter estudado até a oitava série do ensino fundamental o fazia ter que trabalhar em serviços mais pesados, como “puxá lenha”, aspecto que o constituía como trabalhador e o diferenciava dos trabalhadores que “não” se submetiam a estas condições de trabalho.

Por outro lado, Ezequias estabelecia um diálogo com sua trajetória de vida, visível na expressão “[...] eu já sô acostumado [...]”, remetendo-se à sua

infância e parte da adolescência, em que morava e trabalhava com os pais no meio rural. Esta era uma forma explicar por que não era difícil para ele conseguir emprego.

Neste texto não foi possível aprofundar uma discussão sobre as relações de trabalho dos trabalhadores, mas, cabe destacar que um número significativo dos trabalhadores residentes na sede municipal era proveniente do meio rural e alguns sobreviviam do trabalho de diaristas, outros trabalhavam em outros municípios, como nos frigoríficos em Marechal Cândido Rondon, município que fica a uma distância de aproximadamente 80 quilômetros da sede de Santa Helena. Vale lembrar que os trabalhadores são sujeitos em construção e, por isso, precisam de meios de sobrevivência, pois são seres humanos e, portanto, ter acesso aos meios de subsistência é uma condição necessária para garantir a vida.

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 8ª edição. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- BOSI, Antonio de Pádua; VARUSSA, Rinaldo José. "O trabalho em disputa", in PORTELLI, Alessandro *et al.* VARUSSA, Rinaldo José (org.). *Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009; p. 140 (Série Tempos Históricos)
- Kowarick, Lúcio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. Fotografias de Antonio Saggese. São Paulo: Ed. 34, 2009, p. 223.
- PAOLI, Maria Célia. "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe em história operária brasileira", in LOPES, José Sergio Leite (coord.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe*. São Paulo, SP: Marco Zero, 1985.
- SILVA, Rosane Marçal da. *Trabalhadores e luta por moradia em Santa Helena – PR (Décadas de 1990 e 2000)*. Dissertação (mestrado) Universidade

Rosane Marçal da Silva

Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, 2011.

TOLEDO, Enrique de La Garza. “Do conceito ampliado de trabalho ao conceito ampliado de sujeito trabalhador”. Buenos Aires, 2005. Tradução: Antônio Bosi. *Tempos Históricos*. Dossiê: Trabalho, Cultura e Poder, v. 11. Cascavel: EDUNIOESTE, 2º Semestre/2007, p. 11-20

VASAPOLLO, Luciano. “O Trabalho atípico e a precariedade”, in ANTUNES, Ricardo (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, pp. 45-57.

Fontes

Ezelinda Fátima Rodrigues. Entrevista realizada em Santa Helena – PR, em 9/10/2009.

Ezequias Pereira. Entrevista realizada em Santa Helena – PR, em 15/7/2009.

Imelda Hartmann. Entrevista realizada em Santa Helena – PR, em 6/11/2009

LUCA, Giuliano de. Famílias são atraídas para Santa Helena. In. *Jornal Costa Oeste*. Santa Helena, 23 de dezembro de 2004.

Neide Zanenillo. Entrevista realizada em Santa Helena – PR, em 12/11/2009.

Nilsa Monteiro de Campos. Entrevista realizada em Santa Helena – PR, em 6/11/2009.

Patrícia Dias Batista, 21 anos e Maiara. Entrevista realizada em Santa Helena – PR, em 8/10/2009.

Rita Alves. Entrevista realizada em Santa Helena – PR, em 1/10/2009.

SANTA HELENA. *Santa Helena, ano 21: uma cidade turística*, 1988.